

DEFESA DA MAGISTRATURA

TJ responde às reivindicações da assembleia da Amagis

Tiago Parrela



Magistrados do interior e da capital aprovam propostas por maioria absoluta

Quinze dias após a histórica assembleia da Amagis, que reuniu 402 magistrados e 72 por procuração, no dia 9 de agosto, o presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, enviou resposta às quatro reivindicações aprovadas por maioria absoluta.

As demandas foram acatadas, e seus impactos e efeitos, estão sendo analisados, na integralidade, por comissões internas. O Tribunal se comprometeu a apresentar contra-proposta durante nova reunião em outubro.

Páginas 3 a 6

Melhores condições de trabalho

Democratização do Judiciário

Melhor segurança dos fóruns

Defesa dos direitos trabalhistas

Ato público fortalece defesa da Justiça Cidadã

Página 10

Amagis vai ao STF por plantões e IR

Página 8

Senado mantém vitaliciedade de magistrados

Página 7

Governador sanciona cargos de assessor

Página 9

Encontro histórico construído em sete meses de diálogo

HERBERT CARNEIRO*

Por sua representatividade e magnitude, a assembleia realizada no dia 9 de agosto merece destaque e valorização nos quase 60 anos da Amagis, até porque ela não foi construída em um só dia muito menos por essa diretoria apenas. Ao contrário, trata-se de uma construção coletiva de sete meses de gestão nos quais intensificamos a interiorização de nossas ações, visitando 19 comarcas para ouvir os magistrados sobre seus anseios e propostas que hoje compõem nossa pauta de atuação e de reivindicações. Todo esse esforço revigorou a confiança e culminou com a histórica assembleia, consolidando uma gestão democrática, participativa e compartilhada.

Numa manifestação de amadurecimento associativo e democrático, discutimos e deliberamos, de maneira equilibrada e respeitosa, sobre as quatro pautas assinadas e registradas em edital, quais sejam o posicionamento sobre a Lei 20.842/2013, que instituiu o cargo de assessor para juiz; a proposta de criação de fundo para segurança dos fóruns; o reconhecimento aos direitos trabalhistas dos magistrados e, por último, a defesa pela modernização e democratização do Judiciário, por meio de eleições diretas.

As deliberações tomadas foram intensa e democraticamente debatidas e aprovadas, refletindo o pensamento e a vontade majoritária da magistratura mineira. A representatividade da assembleia, reforçada pela legitimidade da própria Amagis, democraticamente eleita, e a presença de 402 magistrados e de outros 72 representados por procuração, por si só, confirmam a soberania de suas decisões.

Como a transparência é nosso compromisso, temos divulgado todas as etapas dos desdobramentos das decisões aprovadas pela assembleia, especialmente as audiências junto à direção do Tribunal. No dia 19 de agosto, onze dias após a assembleia, nos reunimos com a direção, durante encontro respeitoso, quando reafirmamos e entregamos as reivindicações dos magistrados em quatro ofícios.

Nossa postura de unidade e de amadurecimento fortalece os posicionamentos e propostas, ressaltando a necessidade de novas conquistas. A valorização da magistratura, antes do cidadão e da sociedade, começa no próprio Judiciário, porque não se distribui Justiça apenas com leis,

processos e portarias, mas com juízes independentes, vocacionados e em adequadas condições de trabalho.

No primeiro encontro, a direção do TJMG manifestou receptividade e reconhecimento as nossas demandas e até atendeu algumas delas, como a formação de comissão de magistrados para acompanhar e contribuir na regulamentação da lei que cria o cargo de assessor para juiz. Iremos, agora, apresentar os nomes dos magistrados que irão compor a comissão para iniciar os trabalhos, com o objetivo de atender, sob a ótica da melhoria das condições de trabalho, à questão do assessoramento dos juízes.

A proposta de inclusão dos juízes na escolha do corpo diretivo do Tribunal também foi acatada e encaminhada ao exame da Comissão de Regimento pelo presidente do TJ e deverá também ser apreciada pelo Órgão Especial. Entendemos que democracia, sem demérito algum à direção do Tribunal, é ouvir e partilhar visões e experiências e é também, ao final, decidir e gerenciar melhor.

Uma das bandeiras de nossa gestão, a segurança dos fóruns virou anteprojeto em favor da criação do Fundo Especial de Segurança, possibilitando o planejamento estratégico e de gestão para a implementação de medidas capazes de solucionar um problema que aflige e afeta juízes, servidores, promotores, advogados e jurisdicionados. Em seguida, após identificar os percentuais disponíveis no Fundo Especial do Judiciário, sancionado no mês passado, o projeto seguirá para apreciação da Assembleia Legislativa.

Quando aos direitos trabalhistas, o presidente do TJ informou que irá identificar saldos de recursos no orçamento que possam, após autorização legislativa, permitir o pagamento. Nova reunião, com a diretoria da Amagis, está prevista para outubro, quando serão avaliadas as formas de atender à reivindicação.

Estamos no caminho certo, e não estamos sozinhos. Em agosto, durante ato público, conquistamos a adesão do mundo acadêmico, por meio da Escola Superior Dom Helder, em apoio à Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça. A parceria é o primeiro e importante passo para trazer a sociedade civil em favor do aperfeiçoamento da Justiça e do estado democrático de direito. ●

(*) Presidente da Amagis

“Todo esse esforço revigorou a confiança e culminou com a histórica assembleia, consolidando uma gestão democrática, participativa e compartilhada”

ÍNDICE

Senado mantém vitaliciedade de magistrados **7**

» Diretoria entrega decisões ao presidente do TJ	03
» Juízes reivindicam direitos trabalhistas e democratização	04
» Projetos incluem segurança e democratização do Tribunal	06
» Senado derruba, em definitivo, o fim da vitaliciedade	07
» Amagis vai ao STF por plantões e IR	08
» Governador sanciona cargos de assessor para juiz	09
» Ato Público fortalece a defesa da Justiça Cidadã	10
» Convênio com Escola visa aperfeiçoamento da Justiça	11

» Palestras marcam um ano da Justiça Restaurativa	12
» Parceiros vão à Amagis	13
» Ejez celebra 36 anos com a realização de eventos	14
» Entrevista: Juiz Gustavo Cheik de Figueiredo Teixeira	16
» Time de futebol da Amagis termina na 4ª colocação	17
» Rede de convênios oferece benefícios aos associados	18
» Palácio da Liberdade reabre e inaugura museu	21
» Interações urgentes são feitas sem autorização prévia	24

9 Governador sanciona cargos de assessor

Amagis vai ao STF por plantões e IR **8**

10 Ato público fortalece defesa da Justiça Cidadã



Jornal Mensal da
Associação dos
Magistrados Mineiros
AMAGIS

Rua Albina, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

ISSN - 1981-4577
(Decisão Impresso)
ISSN - 1981-4569
(Decisão On-line)

Presidente:

Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Vice-presidente Administrativa:
Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

Vice-presidente Financeiro:
Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos

Vice-presidente de Saúde:
Juiz Maurício Torres Soares

**Vice-presidente dos
Aposentados e Pensionistas:**
Desembargador Tibagy
Salles Oliveira

Vice-presidente do Interior:
Juíza Ivone Campos
Guilarducci Cerqueira

**Vice-presidente
Sócio-cultural-Esportivo:**
Desembargador Tiago Pinto

Diretor-Secretário:
Morvan Rabêlo de Rezende

Diretora-Subsecretária:
Juíza Maria da Graça Rocha Santos

Diretoras de Comunicação:
Juízas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Editoração

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

Tiragem: 2.200 exemplares

ASSEMBLEIA

Diretoria entrega e discute reivindicações com o TJ

Tiago Parrela

Dez dias após a histórica assembleia, a diretoria da Amagis foi recebida, em audiência, no dia 19 de agosto, pelo presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, para discutir sobre as reivindicações aprovadas pelos magistrados. Durante a reunião, realizada em clima respeitoso, o presidente da Amagis, desembargador Herbert Carneiro, formalizou a entrega de ofícios com as quatro reivindicações, referendadas por 402 magistrados e outros 74 representados por procuração.

Os quatro ofícios focaram as deliberações referentes ao reconhecimento dos direitos trabalhistas, melhorias na segurança dos fóruns e condições de trabalho e modernização do Poder Judiciário, por meio de eleições diretas.

Em resposta à reivindicação dos direitos trabalhistas, o presidente do TJ informou que irá identificar saldos de recursos no orçamento que possam, após autorização legislativa, permitir o pagamento. Em seguida, nova reunião será realizada, em outubro, com a diretoria da Amagis, para avaliar a melhor forma de atender à reivindicação. Informou ainda que as férias suspensas serão quitadas, com base na Resolução nº 133 do CNJ.

Junto aos ofícios, foi apresentada a proposição de alteração do Regimento Interno do Tribunal, que, por meio de eleições diretas, permitirá a participação de todos os juizes na escolha da direção do TJ. A proposta foi encaminhada ao exame da Comissão de Regimento pelo presidente do TJ.



Diretoria da Amagis entrega reivindicações dos magistrados ao presidente do TJ

Igualmente foi encaminhada a proposta de anteprojeto de lei da Amagis criando o Fundo Especial de Segurança, possibilitando o planejamento estratégico e de gestão para a implementação de medidas capazes de solucionar um problema que aflige e afeta juizes, servidores, promotores, advogados e jurisdicionados. De acordo com o presidente do TJ, a apreciação da minuta do projeto aguardará a consolidação do Fundo do Judiciário, sancionado no mês passado.

Sobre a Lei 20.842/2013, que cria o cargo de assessor para juiz, foi aprovada a proposta da assembleia de formação de comissão para discutir, acompanhar e contribuir com o TJMG em sua regulamentação. O presidente do TJ solicitou os nomes dos magistrados que irão compor a comissão para iniciar os trabalhos. ●

Leia sobre a assembleia nas páginas 4 a 6



Ofícios apresentados pela diretoria da Amagis à direção do TJMG

ASSEMBLEIA

Juízes reivindicam direitos, segurança e democratização

Os debates da histórica Assembleia Geral Extraordinária da Amagis, com a participação de 402 magistrados e 74 representantes por procuração, começaram antes mesmo do dia 9 de agosto, com as reuniões do presidente da Amagis, Herbert Carneiro, e da diretoria da Associação com juízes de 19 comarcas desde o início da gestão.

Além do número expressivo de juízes, o resultado dessa mobilização foi uma assembleia participativa, com debates intensos e equilibrados, cuja discussão central girou em torno da melhoria das condições de trabalho e segurança nos fóruns, direitos trabalhistas, modernização e democratização do Poder Judiciário, que ficaram expressos no “Manifesto dos Magistrados Mineiros”, aprovado por aclamação ao final da assembleia.

No manifesto, os magistrados afirmaram que a assembleia culminou com uma gestão democrática, participativa e compartilhada, e ressaltaram que as discussões foram feitas de forma cívica, transparente, equilibrada e respeitosa, favorecendo a discussão e deliberações sobre os direitos trabalhistas, melhorias nas condições de trabalho e segurança nos fóruns, modernização e democratização do Poder Judiciário.

No ponto sobre os direitos trabalhistas, foi aprovado que o TJMG apresentasse um cronograma de pagamento dos direitos trabalhistas devidos aos magistrados, com a possibilidade de

acionamento do CNJ e a proposição de ações judiciais cabíveis para a concretização dos direitos, quando necessário, entre outras medidas.

Para contribuir com o Tribunal, os magistrados deliberaram pela criação de uma comissão representativa de juízes para atuar na formulação da resolução que irá normatizar a questão de assessoramento dos juízes, conforme a Lei 20.842/2013, que cria 150 cargos de assessor de provimento em comissão para magistrados de 2ª entrância e entrância especial e 515 funções de confiança de assessoramento aos magistrados de 1ª entrância e do Sistema dos Juizados Especiais.

A melhoria das segurancas nos fóruns, bandeira assumida pela diretoria da Amagis, ganhou mais força com a aprovação da proposta de anteprojeto de lei a ser encaminhado ao TJMG, para a criação do Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados, financiado por um percentual do Fundo Especial do Judiciário, a fim de resolver um problema que afeta a todos que frequentam os prédios da Justiça.

Partindo do princípio de que a democracia se realiza ouvindo e partilhando visões, experiências, gerenciamento e decisões, os magistrados também aprovaram a proposta de alteração do Regimento Interno do TJMG, para que sejam incluídos os juízes na votação para escolha do corpo diretivo do TJMG, ampliando definitivamente a participação da classe em todo o Judiciário. ●

Adriano Boaventura

**Herbert Carneiro e Dídimo Inocêncio conduziram os trabalhos**

Tiago Parrela

**Assembleia teve a participação de 402 magistrados**

Adriano Boaventura

**Decisões foram tomadas de maneira consensuada e coletiva**

UNIDADE

Magistrados aprovam Assembleia e seus resultados

“Parabéns, sr. presidente e diretoria, pela excelência na condução dos trabalhos da assembleia histórica. Que outras aconteçam, sempre no intuito de integrar e fortalecer a classe”

Juíza Renata Bonfim Pacheco (Belo Horizonte)

“Por circunstâncias alheias à minha vontade, foi impossível participar desse encontro histórico, onde a magistratura mineira se reuniu de forma exemplar. Acompanhei pela internet e fiquei muito orgulhoso de integrar o mesmo poder de todos aqueles que se manifestaram”

Juíz Marcelo Carlos Cândido (Governador Valadares)

“Quero manifestar e dar os parabéns ao presidente da Amagis pela brilhante condução dos trabalhos realizados na Assembleia”

Juíz Alair Soares (Teófilo Otoni)

“A assembleia foi importante tanto pelo fato de ter reunido mais de 400 juízes - a magistratura discutindo seu próprio destino - quanto para marcar o cumprimento do nosso presidente Herbert Carneiro de ser o nosso líder e o grande defensor dos juízes”

Juíza Aldina Soares (Santa Luzia)

“Compareci à assembleia e estou de pleno acordo com o presidente Herbert Carneiro, que realizou esta reunião para assumir a revolta e a insatisfação da magistratura contra a ineficiência e a falta de transparência do Tribunal, quanto aos anseios da magistratura”

Desembargador Geraldo Domingos Coelho

“A assembleia foi positiva, quando a Amagis deu um sinal de que a construção, tanto da vida associativa quanto do Judiciário, deve ser feita de forma democrática, abrindo os espaços para os magistrados se manifestarem, o que proporciona um aperfeiçoamento da atividade judicial”

Juíz Fabrício Simão da Cunha Araújo (Unaí)

“Entendo que a assembleia foi positiva, com a grande presença dos juízes, o que demonstra a união da classe e sua insatisfação com o tratamento do Tribunal. Penso que o resultado foi bom, sem medidas radicais. Parabenizo a direção da Amagis pela iniciativa e a forma com que ela foi conduzida”

Juíz Núbio de Oliveira Parreiras (Divinópolis)

“Não poderia deixar de me manifestar sobre o histórico momento que vivi na última sexta-feira. Foi mais uma demons-

tração de que a atual diretoria da Associação é a legítima representação dos associados. O respeito com que a atual diretoria tem tratado os magistrados/associados demonstra o compromisso em buscar o melhor para a classe”

Juíz João Paulo Júnior (Timóteo)

“A assembleia foi maravilhosa, sobretudo a adesão dos juízes da capital e do interior, que vieram de suas comarcas mostrando a unidade da classe”

Juíz Relbert Chinaidre Verly (Belo Horizonte)

“O resultado foi muito positivo, tivemos a oportunidade de ouvir de perto a opinião dos juízes mineiros, estabelecemos prazos e metas para o cumprimento de nossas reivindicações. O número de presentes também foi muito significativo, o que torna histórica a realização da Assembleia”

Juíza Vanessa Guimarães da Costa Vedovotto (Capinópolis)

“As palavras ‘expectativa’ e ‘confiança’ são fundamentais para o sociólogo do direito (o alemão Niklas Luhmann), infelizmente já falecido. Agora, sim! Se nós, magistrados, firmarmos o pé nos termos contidos no “Manifesto”, poderemos confiar que, no futuro próximo, não esta-

remos mais na triste situação do presente”

Juíz Narciso Monteiro Alvarenga de Castro (Poços de Caldas)

“A assembleia foi um marco histórico da magistratura pelo número de associados, a forma que foi conduzida e a seriedade das propostas. A expectativa é conseguir efetivar as decisões da assembleia na prática, principalmente, as eleições diretas para os cargos diretivos do TJMG. Para mim, a mais importante das deliberações”

Juíz Carlos Donizetti (Belo Horizonte)

“A assembleia fortalece a magistratura e a imagem dos magistrados perante os jurisdicionados, além de servir de apoio aos nossos representantes, como o presidente da Amagis. A adesão dos juízes demonstra que os magistrados o apoiam e participam das decisões da diretoria da Associação”

Juíza Tainá Silveira Cruvinel (Rio Paranaíba)

“A assembleia foi boa devido ao comparecimento dos juízes, que se sacrificaram, deixando suas comarcas para resolver os problemas institucionais da classe. Agora, é esperar que esses problemas sejam solucionados sem maiores percalços”

Juíz Edmundo José Lavinias Jardim (Poços de Caldas)

ELEIÇÕES

Projetos incluem segurança e democratização do Tribunal

Além de ampliar o colégio eleitoral, incluindo os juízes na da direção do Tribunal, a proposta aprovada pelos magistrados mineiros defende ainda a extensão da elegibilidade a todos os desembargadores do pleno do TJMG.

De acordo com a proposta, ficam alterados os artigos 5º, 25 e 135 do Regimento Interno do TJ, que passariam a ter a seguinte redação: Art. 5º - O presidente, os vice-presidentes, o corregedor-geral de Justiça e o vice-corregedor serão eleitos pelos desembargadores e juízes em sessão especial do Tribunal Pleno, realizada na 2ª quinzena do mês de abril dos anos pares.

E o parágrafo 2º, do artigo 135, seria alterado da seguinte forma: "Para os cargos de presidente, de primeiro, de segundo e de terceiro vice-presidentes do Tribunal e de corregedor-geral de Justiça, a eleição será feita entre todos os desembargadores que ainda não tenham exercido o cargo para o qual se candidatam".

Ainda na proposta, estará eleito, em 1º escrutínio, o desembargador que obtiver número de votos superior à metade dos desembargadores e juízes em exercício nos casos de eleição do presidente, dos vice-presidentes, do corregedor-geral e do vice-corregedor e à metade dos desembargadores nas eleições dos demais cargos.

Se nenhum desembargador obtiver, no 2º escrutínio, número de votos superior à metade dos desembargadores



Juiz Wagner de Oliveira Cavalieri apresenta proposta sobre segurança



Juiz Antônio Carlos Parreira propõe eleições diretas

e juízes em exercício, serão feitos novos escrutínios, nos quais concorrerão somente os desembargadores que obtiverem as duas maiores votações no escrutínio anterior, até que se fixe em dois o número de desembargadores a serem votados.

FUNDO DE SEGURANÇA

Na mesma assembleia, os magistrados

mineiros aprovaram a minuta de projeto, que foi encaminhada à direção do TJ, instituindo o Fundo Estadual de Segurança dos Magistrados (FUNSEG-MG). De acordo com a proposta, o FUNSEG-MG terá por objetivo suprir, implementar, captar, controlar e aplicar recursos financeiros destinados à implantação e manutenção do sistema de segurança dos magistrados e dos

fóruns; e à estruturação, aparelhamento, modernização e adequação tecnológica dos meios utilizados nas atividades de segurança dos magistrados.

Os recursos do FUNSEG-MG deverão ser aplicados, entre outros, na construção, reforma, ampliação e aprimoramento das sedes da Justiça Estadual, visando a proporcionar adequada segurança física e patri-

monial aos magistrados; manutenção dos serviços de segurança; formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço de segurança; aquisição de material, equipamentos e veículos imprescindíveis à segurança.

O mesmo texto propõe que a denúncia contendo ameaça sofrida por magistrado na ativa do Poder Judiciário deverá ser encaminhada ao presidente da Comissão Permanente de Segurança do TJ, que terá o prazo de cinco dias úteis para a sua apuração, devendo ser oferecido ao magistrado imediata segurança pessoal, inclusive veículo blindado, se for o caso.

A Comissão Permanente de Segurança do TJ será composta pelo presidente do TJ, que a presidirá; por 2 desembargadores indicados pelo presidente do Tribunal; pelo corregedor-geral de Justiça; pelo presidente da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis); por 1 juiz de Direito indicado pelo corregedor-geral de Justiça; por 1 juiz de Direito indicado pelo presidente da Amagis.

Serão receitas do FUNSEG-MG: de 2% a 6% do produto da arrecadação das custas judiciais, percentual a ser definido pela direção do Tribunal; créditos consignados no orçamento do Estado e em leis especiais; doações, contribuições em dinheiro, valores, bem móveis e imóveis, que o FUNSEG-MG venha a receber de organismos ou entidades nacionais e estrangeiras, entre outros. ●

PRERROGATIVAS

Senado derruba, em definitivo, o fim da vitaliciedade

Em consequência da mobilização das associações de magistrados, especialmente da Amagis, para derrubar as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) 53 e 75, de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE), que permitia a demissão de magistrados por decisão administrativa, extinguindo a vitaliciedade, o plenário do Senado aprovou, no dia 6 de agosto, o substitutivo do senador Blairo Maggi (PR-MT), que mantém a prerrogativa e cria punições pontuais para eventuais delitos de magistrados e promotores.

De acordo com a proposta de Blairo Maggi, o magistrado que cometer delito grave poderá ser colocado à disposição por até dois anos, recebendo proventos proporcionais ao tempo de contribuição previdenciária. Caberá ao Ministério Público encaminhar denúncia ao Poder Judiciário, e, ao fim do processo, o juiz poderá ser demitido caso seja considerado culpa-

Waldemir Barreto/Agência Senado



Amagis fez gestões junto aos senadores para a manutenção da vitaliciedade

do. A proposta segue, agora, para a Câmara dos Deputados, onde precisa ser aprovada em dois turnos. E caso receba alterações, ela voltará ao Senado para última análise.

Além da atuação no Legislativo para barrar o fim da vitaliciedade, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, divulgou nota oficial, no dia 8 de julho, e

concedeu entrevista, no dia 9 de julho, ao jornal Hoje em Dia, advertindo, em ambas, sobre os riscos de aprovação do texto original, com instabilidade ao estado democrático de direito e à cidadania.

O presidente da Amagis deixou claro que o princípio da vitaliciedade é assegurar a independência aos ju-

izes, para que eles tenham condições de julgar os conflitos sociais envolvendo a vida, a liberdade e propriedade das pessoas. Herbert Carneiro reafirmou ainda que a imparcialidade, a independência e a estabilidade do juiz são garantias da própria sociedade.

No diálogo com os senadores, no dia 10 de julho, em Brasília,

que foi decisivo para a substituição da que PEC que extinguiu a vitaliciedade pelo substitutivo que cria punições pontuais, o presidente da Amagis atuou, com o apoio do ex-presidente da Associação e assessor especial da presidência, desembargador Nelson Missias de Moraes, e com outros dirigentes associativos. ●

MAIS UMA VEZ,
VOCÊ VAI DECIDIR
PELO MELHOR.

À VISTA
R\$ 78.530,^{65*}

Home
Office
Delivery

facebook.com/AutoJapanHonda @autojapan_honda

CIVIC EXR

2.0
FLEX 0T



CORTESIA***

- + protetor de cárter
- + jogo de tapetes

RAJA

Raja, 2760 - 3298-2900

CIDADE NOVA

Cristiano Machado, 2510 - 3429-3333

BANDEIRANTES

Bandeirantes, 140 - 3069-0050

PAMPULHA

Catalão, 750 - 3469-5900

SEMINOVOS BARÃO

Barão, 2761 - 3313-4611

autojapan.com.br



HONDA

AUTO JAPAN

Respeite os limites de velocidade.



BDSG
BRASIL DEALER GROUP S.A.

* Valor à vista para a compra de Honda Civic EXR zero km, válido exclusivamente para faturamento direto da fábrica, para filiados Amagis. ** Test drive em casa ou escritório para os modelos Fit, City, Civic e CRV de acordo com a disponibilidade nas unidades Auto Japan. O test drive é válido de segunda à sexta-feira mediante agendamento prévio. *** Protetor de cárter e jogo de tapetes como cortesia na compra do modelo Honda Civic EXR, para filiados Amagis. Consulte. Condições válidas de 01/09/2013 a 30/09/2013. Promoção não cumulativa com outras. Imagem meramente ilustrativa.

AÇÃO JUDICIAL

Amagis vai ao STF por plantões e IR

Felipe Sampaio/SCO-STF



Ações impetradas pela Associação buscam direitos da classe

A Amagis vai entrar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) pleiteando a suspensão do desconto de Imposto de Renda Pessoa Física sobre o terço constitucional de férias, feito no contracheque eletrônico referente ao mês de junho deste ano. A Associação já havia ingressado com Pedido de Providências referente ao desconto no Conselho Nacional de Justiça, em agosto, porém o relator conselheiro Wellington Cabral Saraiva não reconheceu o pedido, e a Amagis está providenciando o ingresso no STF.

A Associação já havia questionado o desconto no TJMG, do qual recebeu a resposta de que o Tribunal cumpre despacho do dia 21 de maio de 2007, considerando a decisão do Mandado de Segurança nº 1.0000.06.447101-4/000 e ainda acórdão proferido no Recurso Especial 633.396/CE, do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

De acordo com o Departamento Jurídico da Amagis, a fundamentação apresentada pelo Tribunal colide frontalmente com a legislação vigente, bem como a jurisprudência dos Tribunais Superiores acerca da matéria.

PLANTÕES

Ainda em agosto, a Associação impetrou mandado de segurança, com pedido de liminar no Supremo Tribunal Federal (STF) pelo pagamento de plantões aos juízes mineiros, e contra decisão do CNJ, que proibiu este pagamento em espécie. O relator é o ministro Celso de Mello. Na ação, a Amagis requer ao STF que a decisão do CNJ seja anulada, ficando restabelecido o regime de plantão no Poder Judiciário de Minas Gerais com aplicação aos juízes e desembargadores nos exatos termos da legislação em vigor. A ação da Amagis foi destaque no site do STF, que noticiou a medida e o mandado de segurança. ●

DEMOCRATIZAÇÃO

Amagis requer participação no Órgão Gestor

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, por meio de ofício encaminhado (veja ao lado), no dia 7 de agosto, ao presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, requereu, como legítima representação da magistratura mineira, a participação na composição do Órgão Gestor do Fundo Especial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, instituído pela Lei Estadual número 20.802/2013, que tem o objetivo de assegurar recursos necessários a

serem aplicados ao desenvolvimento das atividades específicas do Poder Judiciário.

Além desse, a Amagis enviou outros dois ofícios ao Tribunal, com pedido de esclarecimentos. No dia 6 de agosto, o presidente da Amagis, atendendo a um pedido de inúmeros magistrados, enviou ofício ao presidente do Tribunal, solicitando esclarecimentos sobre pagamentos feitos aos magistrados mineiros, no dia 3 de agosto.

Em resposta ao ofício encaminhado pelo

presidente da Amagis (53/2013), no qual solicitava informações sobre a aquisição de outro prédio, o TJMG informou que a intenção é possibilitar a integração de todos os setores da 2ª instância em um mesmo endereço, o que irá reduzir os custos com a locação de imóveis, “dando ensejo à melhoria da qualidade da prestação jurisdicional e do ambiente de trabalho, na medida em que os novos espaços serão destinados à 1ª instância!”. ●



CONQUISTA

Governador sanciona cargos de assessor para magistrado

O governador Antonio Anastasia sancionou no dia 7 de agosto, no Diário Oficial do Estado, a lei 20.842/13 (veja ao lado), que cria 150 cargos de assessor de provimento em comissão para magistrados de 2ª entrância e entrância especial e 515 funções de confiança de assessoramento aos magistrados de 1ª entrância e do Sistema dos Juizados Especiais. A aprovação é fruto de uma intensa atuação da Amagis, junto aos deputados estaduais da Frente

Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça, que conseguiu ampliar o número de cargos de assessor e de funções de confiança.

Originalmente, por iniciativa do Tribunal de Justiça, seriam criados 30 cargos de assessor de provimento em comissão e 356 funções de confiança de assessoramento de juiz de Direito. Após as gestões da Amagis, com apoio dos deputados e anuência do TJMG, os respectivos cargos foram alterados e ampliados.

Além das alterações feitas, a diretoria da Associação trabalhou intensamente junto aos deputados estaduais pela aprovação em tempo recorde. O texto foi aprovado em primeiro e segundo turno em menos de 15 horas.

A luta pela criação de cargos é uma bandeira histórica da Amagis, iniciada na gestão de 2002 e intensificada em 2007, pela melhoria de condições de trabalho, durante a reforma da LODJ. ●

LEI Nº 20.842, DE 6 DE AGOSTO DE 2013.

Altera o quadro de pessoal da Justiça de Primeira Instância do Poder Judiciário do Estado.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS,

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Ficam criados cento e cinquenta cargos de provimento em comissão de Assessor de Juiz, código TJ-DAS-08, padrão de vencimento PJ-51, de recrutamento amplo, no Quadro Específico de Provimento em Comissão, Grupo de Direção e Assessoramento Superior, constante no Anexo IV da Lei nº 11.098, de 11 de maio de 1993, a serem ocupados por bacharéis em Direito.

Parágrafo único. Os cargos de Assessor de Juiz destinam-se ao assessoramento dos magistrados de 2ª entrância e entrância especial.

Art. 2º Ficam criadas quinhentas e quinze funções de confiança de assessoramento de Juiz de Direito, código FCA-01.

§ 1º As funções de confiança de assessoramento de Juiz de Direito destinam-se aos magistrados de 1ª entrância e aos do Sistema dos Juizados Especiais.

§ 2º A retribuição pelo exercício das funções de confiança de que trata este artigo corresponde ao valor do padrão PJ-01 da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos dos servidores do Poder Judiciário do Estado, constante no item "B" do Anexo X da Lei nº 13.467, de 12 de janeiro de 2000.

§ 3º A retribuição prevista no § 2º não se incorpora à remuneração do servidor para nenhum efeito nem constitui base para o cálculo de vantagens remuneratórias, salvo expressa disposição em lei.

§ 4º As funções de confiança de que trata este artigo são privativas de bacharéis em Direito e serão exercidas por servidor ocupante de cargo efetivo de Oficial Judiciário, especialidade Oficial Judiciário, ou de Oficial de Apoio Judicial D, C ou A, da Justiça de Primeira Instância, indicado por Juiz de Direito entre os servidores lotados na comarca onde exercerá a função.

Art. 3º O provimento dos cargos e a designação para as funções de confiança de que trata esta Lei ficam condicionados:

I - à existência de recursos orçamentários e financeiros;

II - ao cumprimento das condições estabelecidas pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 6 de agosto de 2013; 225ª da Inconfidência Mineira e 192ª da Independência do Brasil.

ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA

Danilo Castro

Maria Coeli Simões Pires

Renata Maria Paes de Vilhena

DECISÕES

Órgão Especial nega recursos contra juiz

Adriano Boaventura



Amagis acompanhou as sessões de julgamento do Órgão Especial

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) promoveu por merecimento, durante a sessão do dia 28 de agosto, o magistrado Paulo de Carvalho Balbino para a 11ª Câmara Cível do TJMG, na vaga deixada pelo desembargador Brandão Teixeira, que se aposentou. No mesmo dia, o colegiado decidiu por uma aplicação de pena de advertência a magistrado.

Já em sessão realizada, no dia 14 de agosto, os desembargadores arquivaram processo administrativo contra magistrada mineira e negaram provimento de recurso administrativo contra magistrado, além de rejeitarem queixa-crime contra outro magistrado mineiro.

Embargos de declaração em processo de interesse de um juiz mineiro também foram rejeitados. Ain-

da na sessão do dia 14 de agosto, os magistrados aprovaram, sem divergências, as propostas orçamentárias do TJMG e do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG) para o ano de 2014. Na sessão do dia 31 de julho, o Órgão Especial aprovou pedido de magistrado para realização de curso de especialização no exterior.

Também no dia 31 de julho, a desembargadora Vanessa Verdolim tomou posse no Órgão Especial. A magistrada foi eleita no dia 22 de abril e assumiu a vaga da desembargadora Heloísa Combat.

A Amagis acompanhou as sessões do Órgão Especial do Tribunal de Justiça, e atualizou as informações para os magistrados mineiros pelos canais de comunicação da Associação - site, Facebook e Twitter. ●

APERFEIÇOAMENTO

Ato Público fortalece a defesa da Justiça Cidadã

Daniela Galvão

**Evento marcou adesão de uma entidade na defesa da Justiça**

A Amagis e a Escola Superior Dom Helder Câmara realizaram, no dia 14 de agosto, Ato Público de Apoio à Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça e assinaram um termo de cooperação, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do Judiciário. (Leia mais sobre o termo de cooperação na página ao lado).

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, ressaltou que a missão da Frente é realizar um trabalho conjunto entre a Assembleia e a Amagis, visando o aprimoramento do Judiciário mineiro. Ele agradeceu a parceria da Escola Superior Dom Helder Câmara e disse que é importante trazer a sociedade civil para o debate, principalmente o público qualificado e forma-

dor de opinião da academia do Direito.

Segundo o reitor da Escola Superior, Paulo Umberto Stumpf, o ato e o convênio assinado com a Amagis demonstram o reconhecimento acadêmico da importância da Frente Parlamentar e que a escola se compromete a apoiar os trabalhos desenvolvidos em prol da Justiça. "Temos a certeza de que o desenvolvimento do Judiciário resultará em mais cidadania para os mineiros", afirmou.

O ato público foi realizado na sede da Escola Dom Helder, em Belo Horizonte, e contou com a participação de várias autoridades, entre elas o vice-presidente do TJMG, desembargador Baía Borges; o ex-presidente da Amagis e desembargador Reynaldo Ximenes;

o presidente da Aju-femg, Wesley Wadim Passos, e o deputado Arlen Santiago, presidente da Frente Parlamentar.

A Frente Parlamentar foi instalada no dia 6 de junho. Suprapartidária, a Frente é um fórum permanente, cuja finalidade é aprimorar o Poder Judiciário e dotá-lo de condições e recursos para a melhoria da prestação Jurisdicional. Ela foi decisiva para a criação do Fundo Especial do Judiciário, cargos de assessor para juiz e a aprovação de crédito suplementar ao TJMG. O deputado Arlen Santiago destacou que, entre as motivações para a proposição da Frente, está a defesa da Justiça diante das tentativas de desmoralização do Poder Judiciário, último bastião da democracia. •

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nova LODJ recebe emendas na segunda instância

O TJMG realizou, no dia 12 de agosto, a segunda audiência pública para discutir a revisão da Lei de Divisão e Organização Judiciárias. Foram apresentadas mais de 150 emendas ao longo de 15 dias por desembargadores e pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outras entidades. As sugestões de emendas serão analisadas pela Comissão de Organização e Divisão Judiciárias formada por desembargadores, antes de seguirem para o Órgão Especial, que formata a versão final a ser encaminhada à Assembleia Legislativa.

Entre as mudanças que vêm sendo discutidas estão a troca de municípios que integram determinadas comarcas e o regime jurídico de magistrados.

A diretoria da Amagis também vem recebendo sugestões de todos os magistrados para conhecer os anseios e as necessidades pela reforma da nova LODJ. Pelo e-mail lodj@amagis.com.br, todos magistrados podem enviar suas propostas para o Departamento Legislativo da Amagis. Além disso, a Amagis, por meio de sua gestão itinerante, vem debatendo o assunto nas visitas que faz às comarcas do Estado.

No dia 6 de agosto, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, recebeu a visita do deputado Zé Maia, presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da ALMG, para discutir, entre outras questões, a reforma da LODJ. •

Adriano Boaventura

**Herbert Carneiro e Zé Maia debatem a LODJ**

PARCERIA

Convênio com Escola visa aperfeiçoamento da Justiça

Adriano Boaventura



Paulo Stumpf e Herbert Carneiro assinaram ato de cooperação

Empenhados em contribuir efetivamente com o aprimoramento do Poder Judiciário, o presidente da Amagis, Herbert Carneiro, e o reitor da Escola Superior Dom Helder Câmara, Paulo Stumpf, assinaram, no dia 14 de agosto, durante o Ato Público de Apoio à Frente Parlamentar pelo Aperfeiçoamento da Justiça, um convênio de cooperação mútua, cujo objetivo é fomentar as atividades acadê-

micas da magistratura mineira.

O convênio prevê, entre outras, a realização de seminários, palestras, cursos e debates, dá acesso aos magistrados à biblioteca da Escola Dom Helder – com um dos acervos mais completos do Estado – e ao material acadêmico da instituição, inclusive por meio da internet, viabilizando o acesso dos juízes que atuam no interior de Minas ao conteúdo digital da Escola.

Outro benefício oferecido será o desconto em cursos de pós-graduação *latu sensu* e *stricto sensu*, com descontos especiais para associados da Amagis. Os magistrados ainda poderão receber a newsletter 'Dom Total', revista eletrônica mantida pela Escola Superior, com conteúdo especializado em informações jurídicas, jurisprudências, além de notícias do cotidiano.

COMISSÃO

A fim de contribuir para a aplicação prática do convênio, o presidente da Amagis nomeou, no dia 22 de agosto, uma comissão formada por magistrados, que, junto a representantes da Dom Helder, irá estudar como desenvolver da melhor forma possível a implantação dos termos fixados no instrumento de cooperação mútua.

A comissão da Amagis é composta pelos juízes Newton Teixeira de Carvalho (presidente), Carlos Donizetti Ferreira da Silva, Carlos Frederico Braga da Silva, Christyano Lucas Generoso, Geraldo Claret de Arantes e Marcus Vinícius Mendes do Valle.

O Ato Público e assinatura do convênio, no dia 14 de agosto, fazem parte das iniciativas da Diretoria da Associação, que, com a criação da Frente Parlamentar, no dia 6 de junho, pretendem ampliar a interlocução da magistratura mineira não só com os Três Poderes, mas de toda a sociedade civil organizada. ●

BENEFÍCIOS DO CONVÊNIO

- Acesso à Biblioteca da Dom Helder Câmara;
- Acesso via internet ao sistema da Biblioteca para consulta e pesquisa;
- Pesquisa a periódicos jurídicos impressos;
- Orientação bibliotecária;
- Acesso a espaços destinados a pesquisas em grupos;
- Uso de equipamentos computadores, data shows, quadros eletrônicos interativos, e ferramentas multimídia;
- Participação em eventos acadêmicos promovidos pela Dom Helder;
- Descontos em cursos na área de Direito nos níveis de pós-graduação *Lato Sensu* e/ou *Stricto Sensu*, e cursos de atualização;
- Envio da newsletter da Revista Eletrônica Dom Total;
- Acesso ao estacionamento da Dom Helder, cujas vagas são preenchidas por ordem de chegada.

Fotos: Patrícia Azevedo



Biblioteca da Dom Helder Câmara



Sala de aula do curso de mestrado

CELEBRAÇÃO

Palestras marcam um ano da Justiça Restaurativa

Aplicada no Juizado Especial Criminal e na Vara Infracional da Infância e Juventude da Comarca de Belo Horizonte, a metodologia da Justiça Restaurativa completou um ano de atividade na capital. Para celebrar a data, foi realizada, no dia 5 de agosto, uma palestra ministrada pelo professor João Salm, do Departamento de Justiça Criminal da Governors State University de Chicago, nos Estados Unidos, e da consultora e instrutora de implementação do projeto teórico e técnico em Belo Horizonte, psicóloga Mônica Mumme.

O professor João Salm afirmou que a Justiça Restaurativa busca humanizar de novo o indivíduo, convidando-o a participar, engajar-se, decidir e refletir, de maneira voluntária, tornando-se responsável pelo dano causado. Mônica Mumme destacou a importância da sociedade começar a discutir uma mudança no paradigma da punição do agente infrator.

A Justiça Restaurativa é aplicada no Juizado Especial, nos casos em que já há um processo em andamento e que as partes se mostrem dispostas a dialogar, e na Vara Infracional da Infância e da Juventude, empregada em casos envolvendo conflitos na escola e também de execução de medida socioeducativa. ●

Tiago Parrela



Mesa de abertura do evento, que contou com palestra do professor João Salm (d)

JUSTIÇA MILITAR

Academia Mineira tem nova diretoria

Sérgio Amzalak



Diretores e acadêmicos tomaram posse

A nova diretoria da Academia Mineira de Direito Militar, eleita para o biênio 2013/2015, tomou posse, no dia 26 de agosto. Na ocasião, foram empossados os novos acadêmicos, ministros Adhemar Ferreira Maciel, Carlos Mário da Silva Velloso, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha e o juiz coronel James Ferreira Santos. O ex-presidente

da Amagis juiz Bruno Terra representou a Associação, na solenidade.

O novo presidente da academia, juiz Fernando Armando Ribeiro, destacou que um dos objetivos da diretoria para este biênio é fomentar a produção do conhecimento jurídico militar, firmando parcerias e estimulando a criação de publicações desse ramo do direito. ●

TJMG

Doorgal Andrada assume ouvidoria

Renata Caldeira/TJMG



Desembargador assumiu órgão do TJ

O desembargador Doorgal Andrada, ex-presidente da Amagis, tomou posse, no dia 19 de agosto, no cargo de Ouvidor do TJMG. O magistrado foi eleito durante a sessão do Órgão Especial, do dia 24 de julho, e irá suceder a desembargadora Mariângela Meyer. O juiz Maurício Soares, vice-presidente de Saúde da Amagis, representou a Associação

na solenidade, realizada no gabinete do presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano

O presidente do TJMG, desembargador Joaquim Herculano, agradeceu o trabalho da desembargadora Mariângela Meyer e desejou sucesso a Doorgal Andrada, que, muito honrado, disse que irá contribuir para a continuidade dos trabalhos. ●

DIÁLOGO

Parceiros vão à Amagis

O presidente do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG), juiz Cel. BM Duarte Marcelino, e o ex-presidente do TJMMG juiz Cel. Rúbio Paulino Coelho foram recebidos, em audiência, pelo presidente da Amagis, Herbert Carneiro, no dia 8 de agosto, na sede da Associação. Durante a visita, foram tratados assuntos de interesse da Justiça Militar.

No dia 2 de agosto, Herbert Carneiro reuniu-se com o professor João Salm, do Departamento de Justiça Criminal da Governors State University de Chicago,

nos Estados Unidos. A visita foi acompanhada pelo juiz Carlos Frederico Braga da Silva, diretor de Cidadania e Direitos Humanos da Amagis, pela vice-presidente Administrativa, juíza Luzia Peixoto, e pela diretora de Comunicação, juíza Rosimere Couto.

Também no dia 2, a diretoria da Amagis recebeu os assessores da presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE), os juízes Eudes França e Luciana Magalhães, na sede da Associação, em Belo Horizonte, para uma visita de cortesia. ●

Tiago Parrela



Diretoria da Amagis recebe João Salm

Tiago Parrela



Duarte Marcelino, Herbert Carneiro e Rúbio

Adriano Boaventura



Diretoria recebe juízes de Pernambuco

LIVRO

Publicação reúne artigos sobre Direito de Família



O juiz da 8ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia, Carlos José Cordeiro, lançou, em parceria com a servidora do TJMG Josiane Araújo Gomes, o livro "Temas Contemporâneos de Direito das Famílias". Com 504 páginas, a obra reúne 23 artigos de promotores de justiça, do magistrado e

de vários operadores de Direito de Minas Gerais e de outros estados brasileiros como São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina, que tratam sobre o tema Direito de família, em casos que vão desde o cotidiano forense até temas inusitados e pouco discutidos. O objetivo é apresentar, através dos autores, a concepção contemporânea da família. O livro é editado pela Editora Pillares. ●

FUNDAMENTO

Constitucionalismo e Teoria do Direito são temas de livro

Constitucionalismo e Teoria do Direito é o título do livro do juiz Fernando Armando Ribeiro, vice-presidente do TJMMG, lançado em agosto. A obra tem o objetivo de explorar e refletir sobre alguns dos principais temas que alicerçam e explicitam as transformações por que vem passando o Direito no país. O livro destina-se a

estudantes e profissionais do Direito que têm o interesse em compreender melhor os fundamentos históricos do constitucionalismo e de institutos jurídicos como a democracia representativa, a desobediência civil, a aplicabilidade de princípios constitucionais, e os limites e possibilidades da interpretação judicial do Direito. A obra foi publicada pela Editora Del Rey. ●



Posse no Conselho da Magistratura

Os desembargadores Armando Freire, Dácio Lopardi e Mariné da Cunha tomaram posse, no dia 5 de agosto, no Conselho da Magistratura, que é presidido pelo presidente do TJMG, e composto também pelos vice-presidentes e do corregedor-geral de Justiça, que são membros natos, além de cinco desembargadores, entre os não integrantes do Órgão Especial, e eleitos pelo Tribunal Pleno. ●

Promoção de magistrados

O superintendente da Memória do Judiciário Mineiro, desembargador Lúcio Urbano, solicitou correção de informação publicada na edição 139, do DECISÃO, segundo a qual "juiz do interior é promovido à 2ª instância pela primeira vez". Segundo ele, foram promovidos antes os magistrados Alfredo Araújo Lopes da Costa, de Varginha; Hermenegildo de Barros, de Ubá; Amílcar Augusto de Castro, de Juiz de Fora; Candido Martins de Oliveira Junior, de São João Del-Rei; Eustáquio Peixoto, de Teófilo Otoni; Henrique Paula Andrade, de Barbacena; Natal Dias Campos, de Teófilo Otoni; Geraldo Ribeiro do Vale, Raimundo Gonçalves da Silva e Aprígio Ribeiro, todos de Juiz de Fora. ●

FORMAÇÃO

Ejef celebra 36 anos com a realização de eventos

Marcelo Albert



Audebert Delage, Baía Borges, Joaquim Herculano, Almeida Melo e Manuel Saramago

Em comemoração aos 36 anos da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef), o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) promoveu uma série de eventos no mês de agosto. No dia 20 de agosto, houve a inauguração da fotografia do desembargador Joaquim Herculano na galeria de ex-superintendentes

da Ejef, o lançamento da Biblioteca Digital do TJMG e a distribuição impressa da coletânea "Gotas da Língua Portuguesa".

A Amagis foi representada pelo vice-presidente de Saúde, juiz Maurício Torres. Já no dia 27 de agosto, foi lançado o livro de autoria do desembargador Rogério Medeiros, "Perfil Contemporâ-

neo da Justiça Brasileira", e feita uma homenagem póstuma ao magistrado José João Calanzani, criador do projeto "Gotas da Língua Portuguesa".

Atual presidente do TJMG, Joaquim Herculano se disse muito grato com a homenagem e lembrou os antigos magistrados que ajudaram a criar a Ejef e de sua passagem

como superintendente da instituição.

O 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, desembargador Baía Borges, destacou a importância do trabalho realizado pela Escola e a participação fundamental de magistrados e servidores para transformar a Ejef em uma escola do futuro.

BIBLIOTECA DIGITAL

Tendo em vista a missão da Ejef, de disseminar o conhecimento especializado do TJMG, foi criada a Biblioteca Digital (BD-TJMG), com o objetivo de armazenar, preservar, divulgar e dar acesso, em formato digital, a documentos de diversas áreas ou de interesse do Poder Judiciário.

As informações da BD-TJMG são apresentadas em suportes como livros, periódicos, áudios e vídeos e podem ser acessadas gratuitamente, além de oferecer acesso à biblioteca da Editora Fórum. Desembargadores, juízes e servidores do TJMG interessados em publicar suas obras na BD-TJMG podem enviar para o e-mail da biblioteca: cobib@tjmg.jus.br. A BD-TJMG já pode ser acessada na aba "Documentos e Publicações" do site do Tribunal ou pelo endereço: <http://bd.tjmg.jus.br>

Instituto Mineiro de Perícias



Um olhar técnico a favor da verdade.

Com um corpo técnico altamente especializado, o Instituto Mineiro de Perícias (IMP) atua nas mais diversas causas jurídicas e nas mais complexas questões periciais, esclarecendo pontos controversos de forma eficaz e agregando precisão e segurança aos resultados.

Áreas de atuação e perícias técnicas:

- Áudio, Vídeo e Informática
- Biologia, Bacteriologia e DNA
- Contábil
- Documentoscopia e Grafotecnica
- Engenharia
- Meio Ambiente
- Médica
- Patrimonial Histórico e Avaliação
- Psicologia
- Química
- Segurança, Engenharia e Medicina do Trabalho
- Trânsito

Av. Contorno, 5491 | 4º andar | Cruzeiro Belo Horizonte | Minas Gerais | Brasil
Contatos: + 55 31 3284-3423 | 9217-5156

www.periciasmg.com.br

Convênio
AMAGIS

AMB

Amagis recebe João Ricardo Santos

Georgia Baçvaroff



Encontro aconteceu na sede da Associação

O juiz João Ricardo Santos Costa, candidato à Presidência da AMB, esteve na sede da Amagis, no dia 3 de setembro, em Belo Horizonte. O magistrado estava acompanhado do juiz Ricardo de Araújo Barreto. Eles foram recebidos pelo presidente Herbert Carneiro, pelo ex-presidente Nelson Missias, e por membros da diretoria da Amagis e debateram

assuntos de interesse da magistratura nacional. Também participaram do encontro o desembargador Reynaldo Ximenes Carneiro, ex-presidente da Amagis; as juízas Luzia Divina de Paula Peixoto, vice-presidente Administrativa da Associação; e Riza Aparecida Nery, diretora do Parque Esportivo; e Maurício Torres, vice-presidente de Saúde. ●

AMB

Diretoria recebe Roberto Bacellar

Georgia Baçvaroff



Magistrados se reuniram na sala de reuniões da Amagis

O juiz Roberto Portugal Bacellar, candidato à Presidência da AMB, esteve na sede da Amagis, no dia 20 de agosto, acompanhado de magistrados. Eles foram recebidos pelo presidente Herbert Carneiro e membros da diretoria da Amagis e debateram assuntos de interesse da magistratura nacional. Também participaram do encontro os

desembargadores Alexandre Quintino Santiago e Karen Emmerich (ambos do TJMG), Marília Castro Neves (TJRJ) e Luiz Keppen e Guilherme Luiz Gomes (TJPR), o vice-presidente de Saúde da Amagis, juiz Maurício Torres, a vice-presidente Administrativa, juíza Luzia Peixoto, e a diretora do Parque Esportivo da Associação, juíza Riza Nery. ●

A Gegê guarda e transporta sonhos!

(31) 3332.3800 - 3332.4280
www.gegemudancas.com.br

morse360

Fernanda Marques



JUIZ GUSTAVO CHEIK DE FIGUEIREDO TEIXEIRA

A situação das mulheres encarceradas e o crescente aumento do número de apenadas no país são temas desta entrevista do juiz Gustavo Cheik de Figueiredo Teixeira, titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Betim, Região Metropolitana de Belo Horizonte. De acordo com o magistrado, entre os problemas enfrentados pelas mulheres, está a estrutura física das unidades prisionais que, muitas vezes, não estão adaptadas adequadamente para atender às particularidades do tratamento da mulher. Isso acontece, segundo o magistrado, porque as unidades prisionais foram construídas, na maioria das vezes, para uma população carcerária masculina.

Qual é a situação das mulheres encarceradas atualmente? Assemelha-se à situação dos homens?

A situação das mulheres é um pouco mais grave, se comparar com a dos homens, porque as unidades prisionais estão adaptadas para uma população carcerária masculina, na maioria das vezes. E, com o crescimento do número de mulheres encarceradas, que passou de 10 mil, em 2000, para 35 mil, segundo o último levantamento do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), demanda uma adaptação do Estado às particularidades do tratamento da mulher dentro de um estabelecimento prisional.

Há preconceito na carceragem pelo fato de ser mulher?

Algumas penitenciárias são exclusivamente femininas, como uma que temos em Neves e também em São Joaquim de Bicas. Outros estabelecimentos têm alas femininas, e também homossexuais. Mas temos lugares onde não temos celas

femininas e há uma mistura entre os presos homens e mulheres. Há um preconceito com a mulher presa. Ela já está em uma situação complicada. Muitas vezes, ela tem uma separação abrupta da família, o que contribui para a instabilidade emocional da detenta.

Qual o perfil das mulheres encarceradas?

Elas têm entre 20 a 35 anos, dois filhos e ficam refém da organização criminosa, ou do tráfico, muitas vezes, e dependem dele. Os principais crimes são contra o patrimônio, tráfico de drogas, e temos ainda o problema de que a sociedade não está acostumada com o crime praticado por uma mulher, então o cidadão não se prepara para uma ação, o que é um problema que agrava a situação e aumenta a prática de delitos praticados por mulheres, que muitas vezes são até forçadas.

A questão da família, como por exemplo, uma mulher que se torna a chefe da família. Isso é levado em conta na hora da sentença?

Na aplicação da pena, temos que olhar toda a condição da pessoa. A motivação do delito, por exemplo, é uma das circunstâncias judiciais a serem analisadas no momento da aplicação da pena.

Quando presa, a mãe corre o risco de perder a guarda dos filhos?

Muitas vezes, a mãe acaba perdendo a guarda do filho. Isso acontece e é mais um trauma para a mãe e também para o filho, depois da separação, muitas vezes abrupta de mãe, filho e família. Algumas vezes, a mãe chega a sair do estabelecimento prisional e encontra o poder familiar destituído.

Quais são as medidas e providências tomadas no intuito de melhorar e reduzir esses problemas sobre o encarceramento feminino no Brasil?

O Depen e o CNJ realizaram, em agosto, o II Encontro nacional sobre encarceramento feminino, em agosto, quando estes problemas foram colocados em discussão. Periodicamente, são feitas inspeções e a ouvidoria recebe denúncias sobre a

situação. Além disso, são feitas as inspeções para averiguar o problema e buscar a solução. O primeiro passo é reconhecer a especificidade da detenta, que exige uma situação diferente dos homens.

Como o Judiciário entra nisso?

O TJMG tem o programa Novos Rumos que busca soluções para os problemas carcerários. Dentro deste programa, temos criações de Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs), que são alternativas de prisão onde o preso tem a chave da cela. Atualmente, temos em Minas 4 Apacs femininas que ficam em Governador Valadares, Itaúna, São João del-Rei e, a mais recente, em Pouso Alegre. Índices relativos à Apac são muito melhores do que no sistema carcerário convencional. Como o preso está se reinserindo na sociedade de uma forma mais adequada, já trabalha dentro da Apac, recebe o tratamento mais aberto dentro do sistema, ele já está se adaptando e, quando sai, a quantidade de reincidência de crimes é muito menor. ●

“

Os principais crimes são contra o patrimônio e tráfico de drogas

A sociedade não está acostumada com o crime praticado por uma mulher

A motivação do delito é uma das circunstâncias judiciais a serem analisadas no momento da aplicação da pena

Algumas vezes, a mãe chega a sair do estabelecimento prisional e encontra o poder familiar destituído

”

FUTEBOL

Time de futebol da Amagis disputa torneio no Acre

Arquivo Pessoal



Escreta da Amagis exibiu competitividade no torneio

O time da Amagis, categoria Livre, conquistou a quarta colocação do XXI Campe-

onato de Futebol de Magistrados da AMB, realizado entre os dias 14 e 17 deste mês, em

Rio Branco, no Acre, como o apoio da Associação dos Magistrados do Acre (Asmac).

A competição reuniu aproximadamente 200 magistrados de todo o país, representando as delegações do Acre, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Sergipe e Santa Catarina.

Os magistrados mineiros têm tradição no futebol. No 19º Campeonato Nacional de Futebol (categoria master), realizado em Contagem, Minas Gerais, em 2012, a equipe da Amagis sagrou-se hexacampeã do campeonato ficando ainda com os

troféus de artilheiro e o de defesa menos vazada. Além disso, Minas Gerais possui o maior goleador da história de todos os campeonatos da AMB, o desembargador Estêvão Lucchesi de Carvalho, com 140 gols marcados, atuando hoje na categoria sênior.

Em entrevista a Amagis, o desembargador Armando Freire, um dos criadores, em atividade, do time de futebol da Associação, no final da década de 80, nos conta como começou o time da Amagis e essa paixão pelo esporte. ●

— ENTREVISTA COM O DESEMBARGADOR ARMANDO FREIRE —

Marcelo Albert



O desembargador Armando Freire, um entusiasta do futebol, e um dos fundadores do time de futebol da Amagis, conta que a equipe de futebol foi criada de forma espontânea, no fim da década de 1980, com a participação de diversos colegas. Em entrevista à Amagis, Freire nos conta um pouco de sua história com o futebol, além de falar da importância da prática esportiva na vida profissional e pessoal do magistrado e sobre os momentos de integração que os torneios propiciam.

De que forma os torneios de futebol contribuem para a vida pessoal, profissional e associativa dos juízes?

Têm uma importância muito grande, na medida em que ajudam a suavizar nossa atividade. O esporte tem um componente importante que é o da integração e, no nosso meio, ele possibilita um relacionamento, um conhecimento de outros colegas,

inclusive de outros estados. Durante os torneios, essa integração se faz também com a troca de experiências com os colegas da área.

No passado, o senhor já sonhou em seguir carreira no futebol?

A maioria dos meninos tem esse sonho. É uma atividade e profissão muito atrativa e, na minha época, parece que eu tinha um certo talento, tendo

chegado a jogar nas categorias de base do Atlético até a categoria juvenil. Cheguei a me profissionalizar em 1968, indo para Uberaba, onde disputei um campeonato mineiro. Uma recordação muito importante para mim, nessa época da minha vida, foi ter tido a oportunidade de jogar contra o Tostão, Dirceu Lopes, Dario, além de outros craques do passado.

Que benefício a prática de um esporte tem para a vida do magistrado?

É fundamental para acabar com o estresse e reunir forças para desenvolver a atividade que exige um grande esforço intelectual, devido até o próprio ritmo e estilo de vida que os magistrados assumem por responsabilidade.

Como surgiu o time de futebol da Amagis?

Quando vim para Belo Horizonte, em 1988, reencontrei diversos contemporâneos de faculdade e colegas que sabiam da minha identificação com o esporte. Começamos então a marcar jogos e a formar um grupo, que tinha os desembargadores Sérgio Resende e Antônio Carlos Cruvinel, para

jogar nos finais de semana, até que resolvemos levar mais a sério e criar um time, foi quando veio o primeiro convite da AMB para participar de um torneio, em 1992.

Como o sr. avalia o futebol?

Entre os esportes coletivos, o futebol é o único que não tem lógica. Se formos considerar outros esportes coletivos como, basquete ou vôlei, sempre vence o time melhor, mais estruturado e organizado. No futebol, é muito comum as surpresas, conhecidas como as “zebras”. Mas o futebol é uma paixão inesgotável, pensa-se que vai arrefecer, mas isso não acontece. Lamentáveis são a disputa e violência das torcidas. ●

VANTAGENS

Rede de credenciados oferece benefícios aos associados

Divulgação



Titulares têm desconto em cinemas de dez shoppings no Estado

A Amagis promove parcerias com 247 empresas para que os associados tenham descontos diferenciados ou vantagens em produtos e serviços. Para conhecer quais são os benefícios que os associados possuem, acessar, no site da Amagis, o link "Convênios", localizado no lado direito, na parte

superior do site, onde encontrarão as empresas divididas por cidade e setor. Além de Belo Horizonte, os convênios abrangem o interior de Minas e de outros estados. Os setores são os mais diversos, e vão desde automóveis e salão de beleza até restaurantes e papelaria. Os descontos ou vantagens

variam de acordo com cada empresa.

Um dos setores que oferecem vantagens aos associados são algumas salas de cinema. A Amagis possui convênio com a rede de cinema Cineart, e os associados e familiares têm desconto de 50% na compra do ingresso com a apresentação da carteira funcional

ou do plano de saúde da Associação. O convênio entre a Associação e a rede de cinema alcança 4 cidades do Estado, com salas em vários shoppings.

Outro setor que possui benefícios aos associados é a rede hoteleira. A Amagis possui convênios com uma série de hotéis em Minas Gerais e em outros estados, que oferecem descontos e preços especiais. Entre eles, estão o Tauá Grande Hotel e Termas de Araxá, o Villa Alferes, de Tiradentes, e o Executive Inn, de Uberlândia. Antes de viajar, confira a rede de hotéis conveniados no site da Amagis e descubra as melhores opções de estadia para você e sua família. Veja as empresas que oferecem descontos e vantagens aos associados da Amagis. A lista está dividida por cidade e ramo de atuação. ●

CONFIRA AS SALAS QUE OFERECEM DESCONTO:

Belo Horizonte:

Boulevard Shopping, Minas Shopping, *Ponteio Lar Shopping, Shopping Cidade, Shopping Del Rey, Shopping Paragem, Via Shopping.

Betim:

Betim Shopping

Contagem:

ItaúPower Shopping

Pouso Alegre:

Serra Sul Shopping

* O desconto não é válido apenas para a sala premier do Ponteio Lar Shopping.

Veja outros convênios que oferecem vantagens aos associados no site da Associação (amagis.com.br), no link Convênios.

PATRIMÔNIO

Amagis reúne-se com prefeito de Betim

Adriano Boaventura



Patrimônio da Associação foi tema do encontro

O presidente da Amagis, Herbert Carneiro, reuniu-se, no dia 31 de julho, em Betim (Grande BH), com o prefeito Carlaile Pedrosa, para tratar do terreno que a Associação possui na cidade e estudar o melhor aproveitamento que pode ser dado à propriedade.

O encontro contou com a participação dos juizes da comarca Marcelo Trigueiro, Antônio

Belasque e José Romualdo Duarte Mendes, do desembargador Tiago Pinto, vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Associação; do procurador-geral do município de Betim, Lucas Cruz Neves; do ex-procurador do município Oscar Diniz Rezende; do coordenador do Departamento Jurídico da Amagis, Eduardo Vecchi, e da engenheira da Associação, Mara Lúcia de Carvalho. ●

Veja os temas dos programas de TV da Amagis em agosto

PENSAMENTO JURÍDICO



MANIFESTAÇÕES POPULARES

Em 2000, o desembargador Doorgal Borges de Andrada escreveu o livro “FACES OCULTAS DA JUSTIÇA”, no qual faz uma antevisão desta situação social, jurídica e política que está levando milhares de pessoas às ruas do país. O que representaram os protestos? As instituições ficaram em xeque? Qual o impacto sobre o futuro do Judiciário? Estes foram os principais temas tratados nessa entrevista. (foto)

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

De 2012 para cá, a Justiça brasileira julgou apenas 38% do estoque de processos de improbidade administrativa. Por que o número de punições é incompatível com a quantidade de escândalos? Quais são as dificuldades? No estúdio, o juiz Fábio Torres de Sousa, titular da Vara de Fazenda e Autarquias da Comarca de Ipatinga, no Vale do Aço mineiro, analisou o quadro.

MULHERES ENCARCERADAS

O juiz Gustavo Cheik de Figueiredo Teixeira, da 3ª Vara Criminal de Betim, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi convidado para falar sobre o crescente número de mulheres envolvidas em crimes. No ano de 2000, o percentual de mulheres na população carcerária brasileira era de 4,3%. Em 2010, o índice quase dobrou, foi para 7,4%. Hoje, elas são 35 mil detentas. O que tem levado as mulheres à prisão? Qual é a realidade delas nessa situação? Como fica a relação com os filhos?

A MAGISTRATURA NO ESPORTE

Os magistrados mineiros são hexacampeões de futebol na categoria Master, no Campeonato da Associação de Magistrados Brasileiros. Qual é a importância desse esporte na vida profissional e associativa dos juizes? Organização, entrosamento, de onde vem o talento dos mineiros? Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador Armando Freire, da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). ●

ASSISTA

TV Justiça

Canal 7, 117 ou 901
Sábado, às 18h30

TV Comunitária

Canal 6 ou 13
Sábado, às 20h30

VIA JUSTIÇA



Fotos: Fernanda Marques

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A CPMI da Violência contra a Mulher elaborou um relatório com mais de mil páginas, incluindo 13 projetos de lei, um projeto de resolução do Congresso Nacional e recomendações aos Poderes Judiciário e Executivo e ao Ministério Público. No estúdio, a desembargadora Heloisa Combat, da 4ª Câmara Cível do TJMG, e a defensora pública Laurelle Carvalho de Araújo analisaram os resultados do trabalho da comissão. (foto)

LEI DE CRIMES AMBIENTAIS

A Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, completou quinze anos de vigência em 2013. Passado todo esse tempo, qual é o balanço que se pode fazer? O programa ainda discutiu a efetividade da Lei de Crimes Ambientais e sobre os mecanismos de fiscalização e apuração dessas ocorrências em todo o país.

DIVÓRCIO DIRETO

A pesquisa Estatística do Registro Civil do IBGE, publicada em 2012, revelou um crescimento de 45,6% do divórcio e a redução da separação judicial, comprovando o impacto e a importância da Emenda Constitucional 66 para a vida dos brasileiros. Para debater o assunto, convidamos o juiz Pedro Aleixo Neto, da 6ª Vara de Família de Belo Horizonte, e o defensor público e membro do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM), Várlen Vidal.

NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O desembargador José Marcos Rodrigues Vieira, da 16ª Câmara Cível do TJMG, e o conselheiro federal da OAB, Wellington Luzia Teixeira, foram convidados para analisar o futuro Código de Processo Civil. A proposta pretende agilizar as decisões judiciais modificando as regras de julgamento de todas as ações que não sejam penais, o que inclui o Direito de Família, Direito do Trabalho, Direito do Consumidor e ações de indenização, entre outras. ●

ASSISTA

TV Assembleia

Canal 11
Sexta-Feira, às 23h

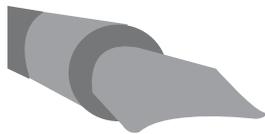
TV Comunitária

Canal 6 ou 901
Sábado, às 22h

TV Justiça

Canal 7, 117 ou 901
Sábado, às 15h30

(Desembargador João Quintino Silva)



A PRESIDENTE DILMA

Causa espanto entre as mentes cultas a feminização do vocábulo PRESIDENTE.

Jamais tivéramos um “sexo frágil” tomando assento na cátedra política maior do país. Daí, o estranhamento, a náusea literária diante da novidade, que é de tormentosa aceitação, de intrigante tolerância.

Tal Feminino, de estrutura fonética estridente, agride a sensibilidade, machuca o ouvido.

Em casos que tais, a idéia de feminilidade será expressa pelo artigo “A” ou por outros adjuntivos como, por exemplo, os pronomes demonstrativos ESTA, ESSA, AQUELA: A PRESIDENTE, ESTA PRESIDENTE.

Seguimos a regra dos SUBSTANTIVOS COMUNS DE DOIS, possuidores de forma invariável para ambos os gêneros. Em linguagem moderna, são termos “UNISSEX”: A

PRESIDENTE - O PRESIDENTE; A TENENTE - O TENENTE; A CHEFE - O CHEFE; A COMANDANTE - O COMANDANTE; A GERENTE - O GERENTE; A COLEGA - O COLEGA ...

CELSO FERREIRA DA CUNHA, autor de gramática da Língua Portuguesa, págs. 204/205, adverte: “ESSA IGUALDADE FORMAL PARA OS DOIS GÊNEROS Ê,, QUASE QUE ABSOLUTA NOS FINALIZADOS EM NTE, DE REGRA ORIGINÁRIOS DE PARTICÍPIOS PRESENTES E DE ADJETIVOS UNIFORMES LATINOS”.

A insistência no uso desavisado da forma neologista, aliás, de acentuado mau-gosto, haverá de firmar-se no vernáculo pátrio, que é assim que acontece conforme fundamentos da SEMÂNTICA - Ciência que estuda a formação e transformação das palavras, seu aparecimen-

to, adaptações, arcaização. Com efeito, ROCHA LIMA (Gramática Normativa, 18ª edição, pág. 68, ano 76, admitia PRESIDENTA como expressão já consagrada. As Editoras Houaiss e Mirador, bem como Ministério da Educação e Cultura a registram em seus glossários, embora de “curso ainda restrito no Brasil”, na observação de CELSO FERREIRA DA CUNHA, à página 205 de sua Gramática da Língua Portuguesa, 12ª Ed., ano 94.

Em suma, gostemos ou não, “A PRESIDENTA” veio para ficar.

Com o permissivo da PRESIDENTE, imaginemos o gênero gramatical contrário dos epicenos COBRA - JACARÉ - GIRAFÁ - TATU - RINOCERONTE... e dos comuns de dois: ANJO - DENTISTA - CONSORTE - CÔNJUGE...

Os interessados em participar da Coluna Pós-Litteratura, sob responsabilidade do desembargador João Quintino, devem encaminhar e-mail para imprensa@amagis.com.br ou ligar para (31) 3079-3453. Participe!

Produtos financeiros diferenciados você só encontra aqui.



SICOOB SEGUROS

Os melhores planos para proteger sua família e seus bens.



ANTECIPAÇÃO DE IRPF

Indique sua conta corrente do Sicoob JUS-MP na sua declaração de Imposto de Renda, que a gente antecipa sua restituição.



SICOOB CONSÓRCIOS

Realize seus sonhos com o Sicoob Consórcios. Informe-se sobre essa modalidade de crédito.



PORTABILIDADE

Venha para o Sicoob JUS-MP. Aqui você tem as melhores aplicações, taxas acessíveis nos empréstimos e financiamentos, além da participação no rateio dos resultados financeiros.



www.sicoobjusmp.com.br

Tel: (31) 3048.5574

SICOOB JUS-MP
Cooperativa de Crédito

PA TJ/MG RAJA: Tel: (31) 3296.6974 | Av. Raja Gabaglia, 1.753 | 1ª Torre | 9º andar | Luxemburgo

HISTÓRIA

Palácio da Liberdade reabre ao público e inaugura museu

Gil Leonardi/Imprensa-MG



Visitantes poderão ver vídeos históricos no museu

O Palácio da Liberdade já está novamente aberto a visitas e possui uma atração a mais, com a inauguração da exposição interativa e permanente sobre as memórias e a história política do Estado a partir de 16 ex-governadores já falecidos, entre os 50 que já passaram pelo Poder Executivo e que mais marcaram a antiga sede do Governo de Minas.

Um dos diferenciais é a tecnologia utilizada na exposição, levando os antigos líderes para projeções de imagens e áu-

dio em mesas, estantes, guarda-roupas ou quadros, ativados por sensores. Por enquanto, as visitas são guiadas, mas a intenção é contratar monitores para permitir que a visita seja livre em todos os cômodos.

Entre as atrações, basta tocar na tela de um tablet que o interventor federal Benedito Valadares, que governou Minas de 1933 a 1945, começa a dançar sobre as notas musicais da partitura, ao som da música "Será o Benedito". Outra é a revelação que o governador Antônio

Carlos Ribeiro de Andrada, chefe do Executivo de 1926 a 1930, faz sobre algumas passagens da política, como a instituição do voto secreto durante seu mandato.

O ex-governador Crispim Bias Fortes, o primeiro a morar no Palácio, governando o Estado entre 1890 e 1891 e de 1894 a 1898, "fala" sobre o planejamento da nova capital de Minas.

As visitas são feitas aos sábados, domingos e feriados, entre o horário das 10h às 16h. A entrada é franca. ●

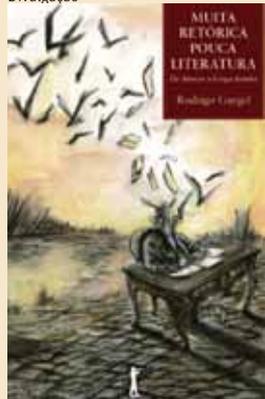
- 1 **Arquivo Público Mineiro**
Tel.: (31) 3269-1060 / (31) 3269-1167
- 2 **Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa**
Tel.: (31) 3269-1222
- 3 **Centro de Arte Popular - Cemig**
Tel.: (31) 3222-3231
- 4 **Espaço TIM UFMG do Conhecimento**
Tel.: 3409-8350
- 5 **Memorial Minas Gerais Vale** - Tel.: (31) 3343-7317
- 6 **Museu Mineiro** - Tel.: (31) 3269-1109
- 7 **Palácio da Liberdade** - Tel.: (31) 3217-9538



LANÇAMENTOS

Muita Retórica Pouca Literatura

Divulgação



Este é o nome do livro do crítico literário Rodrigo Gurgel, que reúne vinte ensaios publicados, entre 2010 e 2012, no jornal Rascunho, cuja proposta é reler os prosadores da literatura brasileira. Entre os autores analisados, encontram-se os nomes clássicos de José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Raul Pompéia e Machado de Assis, mas o autor também relê grandes prosadores esquecidos, como João Francisco Lisboa, Joaquim Felício dos Santos, Eduardo Prado. ●

Editora: Vide Editorial

Barba ensopada de Sangue

Divulgação



Neste quarto romance de Daniel Galera, um professor de educação física busca refúgio em Garopaba, após a morte do pai. O protagonista se afasta da relação conturbada com os outros membros da família e mergulha em um isolamento. Ao mesmo tempo, ele empreende a busca pela verdade no caso da morte do avô, o misterioso Gaudério. Sempre acompanhado por Beta, cadela do falecido pai, o professor esquadriinha as lacunas do pouco que lhe é revelado, a contragosto, pelos moradores mais antigos da cidade. ●

Editora: Companhia das Letras

Não escreva apenas nos autos.

Os magistrados mineiros agora também
têm a sua revista de cultura e arte.

Só está faltando o seu texto.

MagisCultura

Mineira



Revista de cultura e arte dos magistrados mineiros

Setembro de 2009



Escreva também na sua revista.

O artigo, ensaio, conto,
poesia ou resenha de livro deve ter,
no máximo, 10 mil caracteres.

Envie o texto para:
magiscultura@amagis.com.br

MagisCultura
Mineira

AMAGIS
ASSOCIAÇÃO
DOS MAGISTRADOS
MINEIROS
55 anos de história

INVESTIMENTO

Cuidado com seguro saúde evita transtornos em viagens ao exterior

Shutterstock



Conhecer as coberturas é importante para uma viagem tranquila

Nos últimos anos, tem aumentado o número de brasileiros que viajam ao exterior. Seja para negócios, intercâmbio ou turismo, os cuidados para quem vai para fora do país, incluem, entre outros, passaporte, visto, passagens, roteiro e o seguro saúde. Entretanto, conforme constatou Pedro Victer, sócio da Pier Turismo, a maioria das pessoas não dá a devida importância à necessidade de fazer um seguro que possa evitar transtornos caso ocorra alguma eventualidade no passeio.

Victer observou que, geralmente, os viajantes optam por seguros mais baratos por economia e até mesmo por falta de informação. “As pessoas nunca imaginam que pode acontecer alguma coisa, mas a falta de um seguro adequado pode trazer grande dor de cabeça”, afirma o especialista que alertou ainda para os altos custos que os turistas terão de arcar com as despesas médicas no exterior.

De acordo com ele, é importante observar as diferenças na assistência ofere-

cida como o tipo de viagem – esportes radicais, por exemplo – o destino e a idade do segurado, que podem influenciar no custo do plano. Para os idosos, Victer disse que a recomendação é contratar um seguro com assistência mais ampla, que há poucas opções para doenças preexistentes e que gestantes costumam pagar um valor adicional de acordo com a fase da gravidez. E, além da assistência médico-hospitalar, é importante incluir na cobertura a repatriação sanitária (serviço de viagem de volta

ao país de origem), morte e invalidez por acidente.

Acostumado com viagens ao exterior, o juiz aposentado Cláudio Manuel Barreto de Figueiredo recomendou que, antes de fazer uma viagem longa, é sempre importante consultar o médico para saber se é necessário adotar alguns cuidados durante o voo, a viagem, levar remédios e sempre ter a receita médica e o telefone do médico, lembrando que a diferença da língua pode ser uma dificuldade a mais em situações mais delicadas.

Outro cuidado que o magistrado tem antes de viajar é na contratação do seguro saúde. Ele observou que as operadoras de viagem oferecem coberturas mais restritas e amplas que incluem garantias como dentista, internação hospitalar, morte ou lesões, e avisou que é muito importante ler o contrato atentamente, pois nele estão especificados todas as condições e valores, que são calculados em dólar. Cláudio Figueiredo alerta ainda que é recomendável fazer um plano que ofereça a cobertura por um período de tempo superior aos dias da viagem, pois se a pessoa precisar ficar internada por mais dias continuará sendo assistida. ●

Suplemento do Plano de Saúde da Associação dos Magistrados Mineiros AMAGIS

Rua Albita, 194 • Cruzeiro
Belo Horizonte • MG
Telefax: (31) 3079-3499
e-mail: imprensa@amagis.com.br
www.amagis.com.br

Presidente da Amagis:
Desembargador Herbert
José Almeida Carneiro

Diretoria do Amagis Saúde:
Vice-presidente de Saúde
Juiz Maurício Torres Soares

Diretor de Saúde
Juiz Edison Feital Leite

Diretor Financeiro
Juiz Cláudio Manuel
Barreto de Figueiredo

Conselho Gestor:
TJMG

Wander Paulo Marotta Moreira
Geraldo Domingos Coelho

Suplentes
José Geraldo Saldanha da Fonseca
Geraldo José Duarte de Paula

Juízes da Capital
Maria Luiza Santana Assunção
Edison Feital Leite

Suplentes
Marco Aurélio Ferenzini
Marli Maria Braga Andrade

Juízes do Interior
Marcelo Carlos Cândido
Dalton Soares Negrão

Suplentes
Paulo Antônio de Carvalho
André Luiz Tonello de Almeida

Aposentados
Cláudio Manuel Barreto Figueiredo
Francisco Albuquerque

Suplentes
Noelho Adelino Machado
Mauro Soares de Freitas

Diretoras de comunicação:
Juizas Aldina de Carvalho Soares
e Rosimere das Graças do Couto

Coordenador de Comunicação:
Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

Jornalistas:
Georgia Baçvaroff - Mtb - MG: 08441
Adriano Boaventura • Mtb - MG: 9181
Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188
Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Projeto Gráfico:
Agência Graffo

Diagramação:
Fosfato Editoração

Pré-impressão/Impressão:
Gráfica e Editora Del Rey

SAÚDE

Internações urgentes são feitas sem autorização prévia

Nos casos de urgência e emergência, os pacientes poderão ser internados em hospitais credenciados ao Amagis Saúde sem autorização prévia, cuja homologação ficará na dependência de regularização, por parte dos familiares do usuário junto ao Plano de Saúde, no prazo máximo de dois dias úteis. O laudo médico justificando a internação também deverá ser apresentado ao Amagis Saúde para liberação da autorização.

O padrão de acomodação de internação do Amagis Saúde é apartamento standard, compreendendo quarto individual, com banheiro privativo e direito à hospedagem de um acompanhante. Quando o paciente estiver internado em CTI/UTI, o acompanhante não poderá ocupar o apartamento com despesas cobertas pelo Plano.

Tiago Parrela



Atendimento do Amagis Saúde está disponível de 7 horas às 19 horas

REEMBOLSO DE DESPESAS

Quando o associado for atendido por empresa ou profissional não-credenciado ao Amagis Saúde, por sua livre escolha, poderá solicitar o ressarcimento das despesas efetivamente realizadas, tendo direito ao reembolso, limitado aos

valores constantes das tabelas adotadas pelo Plano, independentemente do valor pago pelo participante.

Em qualquer situação, a diferença entre o valor da despesa e do reembolso é de exclusiva responsabilidade do associado. Em nenhuma hipótese, poderão ser reembol-

sadas despesas com qualquer procedimento não coberto pelo Amagis Saúde.

Para solicitar o reembolso, o associado deverá encaminhar para o Amagis Saúde o requerimento assinado pelo titular, informando os dados bancários e anexando os documentos originais. ●

PROCEDIMENTOS QUE PRECISAM DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA

Exames:

- Cintilografia
- Densitometria óssea
- Eletroneuromiografia
- Espirometria
- Estudo hemodinâmico
- Holter
- MAPA (monitorização ambulatorial da pressão arterial)
- Radiografia contrastada
- Ressonância nuclear magnética
- Teste Ergométrico
- Tomografia computadorizada
- Ultrassonografia

CENTRAL DE ATENDIMENTO:

Recepção do Amagis Saúde: (31) 3079-3478 e 3079-3479 atendimento diário de 7 às 19 horas.

Plantão telefônico nos fins de semana e feriados, de 8h às 18h: (31) 9977-2860.

Fax: (31) 3079-3484 e 3223-3683.

E-mail: saude@amagis.com.br

Site: www.amagis.com.br

NOVAS REGRAS PARA EMISSÃO DE SEGUNDA VIA DA CARTEIRA

Em reunião no dia 28 de agosto, o Conselho Gestor do Amagis Saúde aprovou novas regras para a emissão de segunda via da carteira de identificação do Amagis Saúde e dos planos vinculados a ele (Unimed, Cabesp e Caberj). Veja as mudanças abaixo:

- As solicitações de segunda via deverão ser feitas pelo próprio associado titular. O pedido deve ser feito por escrito e enviado por correio, fax ou e-mail, com justificativa e devidamente assinado. Os dependentes e agregados não poderão solicitar a segunda via.

Endereço: Rua Albita, 194, 6º andar
Belo Horizonte - MG - Cep: 30.310-160

Fax: (31) 3223-3683

E-mail: eliete@amagis.com.br

- As segundas vias terão custo de R\$ 15,00, cada, e serão cobradas dos associados. O pagamento da taxa será dispensado apenas em casos de furto ou roubo, com a devida apresentação do boletim de ocorrência.

Para mais informações, entre em contato com o Amagis Saúde pelos telefones: (31) 3076-3482 (Eliete) ou (31) 3079-3421 (Carla).